



---

**A primazia de César: do “1º triunvirato” aos idos de março**

**Autor(es):** Brandão, José Luís

**Publicado por:** Imprensa da Universidade de Coimbra

**URL persistente:** URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/36920>

**DOI:** DOI:[http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0954-6\\_10](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0954-6_10)

**Accessed :** 4-Jan-2017 16:04:48

---

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



JOSÉ LUÍS BRANDÃO  
FRANCISCO DE OLIVEIRA  
(COORD.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME I

DAS ORIGENS À  
MORTE DE CÉSAR



## 10. A PRIMAZIA DE CÉSAR: DO “1º TRIUNVIRATO” AOS IDOS DE MARÇO

José Luís Brandão

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

**Sumário:** A *societas* entre Pompeio, César e Crasso. O consulado de César. As fases da conquista da Gália. Os cenários da guerra civil. A ditadura de César: medidas políticas. Os idos de março, causas e consequências. Cultura e literatura no tempo de César: principais figuras literárias.

Na altura em que Pompeio regressava do Oriente coroado de glória<sup>1</sup>, uma outra figura se agigantava no panorama político romano: um homem cheio de ambição, determinado, enérgico; um líder carismático, capaz de arrastar multidões ou de mover a devoção incondicional dos soldados, e ao mesmo tempo um político hábil e bastante culto, que se movimentava igualmente bem entre as armas e a toga. Trata-se, pois, de Júlio César, um comandante incontornável da antiguidade, admirado por tantos ao longo da história, entre os quais Napoleão Bonaparte; possuidor de qualidades de grande estadista, como salienta Gelzer; um “ditador democrático” segundo Canfora; enfim, uma “figura colossal”, nas palavras de Goldsworthy. Um homem desta tarimba causava já

---

<sup>1</sup> Vide atrás Morais, cap. 9 §7.

apreensão entre muitos senadores seus contemporâneos. Receavam-no como perigoso rival e pela sua ligação à política popular: toda a carreira das honras de César se fizera em conflito com aquela aristocracia conservadora que saíra reforçada da ditadura de Sula. Segundo este, em César escondiam-se muitos Mários<sup>2</sup>. Com efeito, era sobrinho de Júlia, esposa de Mário<sup>3</sup>. Dela proferiu um elogio fúnebre, no qual reclamara a origem real e divina da família, fazendo-a entroncar no rei Anco Márcio e na própria deusa Vénus (Suet. *Jul.* 6) e nem a pressão de Sula o fez divorciar de Cornélia, filha de Cina, o aliado de Mário, 4 vezes côsul<sup>4</sup>. Por outro lado, a sua mãe, Aurélia, pertencia aos Cotas, poderosos aliados de Sula, que lhe facultaram ascensão política e proteção. O desafio ao regime de Sula continua depois da morte do ditador (ocorrida em 78 a.C.), através da perseguição judicial a sequazes dele: Dolabela e António Híbrida. Se no funeral de Júlia, expôs as máscaras de Mário, quando edil, em 65 a.C., restaurou os troféus do general vencedor de Jugurta e dos Cimbro e Teutões<sup>5</sup>.

César apresenta-se ao mesmo tempo como homem de ação, um político implacável e influente e um bom orador: ainda jovem pratica feitos notáveis que lhe valeram a coroa cívica na tomada de Mitilene<sup>6</sup>; raptado por piratas, persegue-os, depois de pago o resgate, e inflige-lhes o castigo com que os tinha ameaçado; arrola de moto próprio tropas auxiliares para expulsar da província da Ásia um general de Mitridates (Suet. *Jul.* 4.2). O rapto por piratas deu-se quando se dirigia para a ilha de Rodas, a fim de receber lições de retórica de Apolónio Mólón<sup>7</sup>. Fez a carreira das honras com sucesso e à custa de liberalidades: na eleição para tribuno militar (em 72) ficou em primeiro; foi questor (em 69) e

---

<sup>2</sup> Suet. *Jul.*1; Plu. *Caes.* 1.4.

<sup>3</sup> Sobre Mário, vide Mantas, cap. 8 §4 e 6.

<sup>4</sup> Vell. 2.41.2; Suet. *Jul.* 1.1-2; Plut. *Caes.* 1.1.

<sup>5</sup> Vell. 2.43.4; Suet. *Jul.* 11; Plut. *Caes.* 6.

<sup>6</sup> Suet. *Jul.* 2.

<sup>7</sup> *Jul.* 4.1. Plutarco (*Caes.* 1.8) situa o rapto no regresso da Bitínia, em 78 a.C. Suetónio, ao situá-lo na viagem para Rodas, em 75-74, é mais plausível. Segundo Plutarco (*Caes.* 2.6) e Veleio (2.42.3) o governador da Ásia, a quem César pede autorização para castigar os piratas, era Iunco. Este governou a Ásia em 74. Vide Butler & Cary 1927 46-47; Canfora 2000 9-14.

depois também pretor (em 61) na Hispânia Ulterior, onde estabeleceu uma rede de relações. Já como edil (em 65) ofuscara o colega, Bíbulo, concentrando em si o mérito da munificência. O facto de ser cético não era impedimento pessoal ou legal para os cargos religiosos: é *flamen Dialis* (em 87), integra o colégio dos pontífices (em 73) e, sobretudo, é eleito pontífice máximo (em 63) contra adversários poderosíssimos. Contou com empréstimos de Crasso para saldar dívidas de tais campanhas; e o apoio à concessão de poderes especiais a Pompeio para o combate da pirataria no Mediterrâneo, em 67, e do comando na guerra contra Mitridates do Ponto, bem como às honras que lhe foram concedidas em 63, terá contribuído para o sucesso estrondoso de César nas eleições para aquele cargo religioso de topo.

## 1. A aliança entre Pompeio, César e Crasso

Em 60, César regressava da Hispânia Ulterior, onde governara como propretor, e tinha de esperar fora do *pomerium* pela celebração do triunfo. Como queria apresentar-se ao consulado para 59, e o senado, graças às famosas manobras dilatórias de Catão, não atendeu o seu pedido de se candidatar *in absentia*, teve de desistir do triunfo em favor da candidatura. César foi então eleito cônsul juntamente com o candidato dos adversários, Bíbulo, com quem já partilhara os cargos de edil e de pretor. Não é claro se Pompeio e Crasso apadrinharam já César, mas este logrou reconciliar aqueles dois em proveito dos três.

Desde a antiguidade que se atribui à aliança entre Crasso, Pompeio e César o princípio do fim da República: Plutarco (*Caes.* 13.5) dirá que não foi a inimizade entre César e Pompeio que conduziu às guerras civis, mas aquela amizade. Esta coligação foi impropriamente designada por 1º triunvirato: não se tratava de uma instituição formal, como mais tarde o triunvirato de Otávio, António e Lépido em 43 a.C. Tratava-se mais de um acordo de cavalheiros para lograrem atingir objetivos que não alcançariam sozinhos: uma espécie de «conspiração» levada a cabo pelos três *principes*, segundo Tito Lívio (*Per.* 103); ou um «monstro de três cabeças» satirizado

por Varrão<sup>8</sup>. Constituíram tal aliança (*societas*) para que se não fizesse nada na *res publica* que prejudicasse qualquer um deles, como diz Suetônio<sup>9</sup>. Pompeio esperava ver ratificadas pelo senado as mudanças administrativas que operara nas províncias do Oriente e dos estados clientes. Além disso, precisava de providenciar terra para estabelecer os veteranos de guerra que com ele tinham servido, uma vez que as propostas anteriores nesse sentido tinham sido frustradas pela oposição senatorial, temerosa do excessivo poder que tal base de apoio lhe iria conferir. Crasso representava os interesses dos *equites*, que esperavam renegociar o contrato para a coleta dos impostos na província da Ásia. A César era bastante útil o apoio do Magno e do riquíssimo Crasso no seu esforço de implementação de reformas sociais e cívicas durante o consulado, bem como a garantia de um província rentável quando deixasse o cargo.

É difícil dizer quando foi feita esta aliança que os próprios ocultaram enquanto puderam<sup>10</sup>; pode ter sido a causa ou a consequência do estrondoso sucesso da candidatura de César ao consulado para 59<sup>11</sup>. Plutarco (*Caes.* 14.1) sugere que está na base de tal triunfo. Suetônio (*Jul.* 19.2) diz que a aliança se fez quando foram atribuídas como províncias aos cônsules de 59 «as florestas e os pastos», sorteio que acontecia antes de conhecidos os resultados eleitorais. Em dezembro de 60, Cornélio Balbo, agente de César, veio pedir a Cícero<sup>12</sup> apoio para as reformas durante o consulado de César, com a garantia de que este iria seguir sempre o conselho do arpinate e de Pompeio, além de que tentaria uma aproximação entre Pompeio e Crasso. Tal parece sugerir que o acordo entre os três não se terá tornado público antes de janeiro de 59. Para reforçar os laços contribuiu também o casamento de Pompeio com a filha de César, Júlia, já em 59; e do próprio César com Calpúrnia, filha de L. Calpúrnio Pisão Cesônio, que seria um dos cônsules do ano seguinte por acordo do trio.

---

<sup>8</sup> *Tricaranos* - expressão recolhida por Apiano (*BC* 2.9).

<sup>9</sup> Suet. *Jul.* 19.2. Uma *potentiae societas* («aliança de poder») para Veleio Patérculo (2.44.1).

<sup>10</sup> Como nota Díon Cássio (37.58.1).

<sup>11</sup> Vide Carcopino 1950 717-718; 1968 203-205; Canfora 2000 69-79.

<sup>12</sup> Segundo este confidentia: Cic. *Att.* 2.3.3-4.

## 2. O consulado de César

Durante o seu consulado (59 a.C.), César levou a cabo um programa de reformas em conflito aberto com a classe senatorial e com o apoio eficaz do tribuno Vatínio, que, por sua vez, tinha interesses políticos e económicos. Começou, no entanto, por dar mostras de respeito para com o senado e o seu colega Bíbulo, apesar da fricção que existia entre eles<sup>13</sup>. Fez tornar públicas as atas do senado, uma medida emblemática que, teoricamente, expunha os possíveis subterfúgios. Propôs uma primeira lei agrária que, não se preocupava apenas com os veteranos, mas visava instalar os pobres em terras compradas pelo Estado a quem as quisesse vender; deixando, no entanto, de fora desta distribuição o rico campo estatal da Campânia. Os beneficiários não poderiam alienar as terras por vinte anos. Para o efeito foi nomeada uma comissão de vinte homens da qual César se excluiu para mostrar isenção. A reforma era financiada pelos proveitos das conquistas de Pompeio<sup>14</sup>. César apresentou-a ao senado para ser melhorada ponto por ponto<sup>15</sup>. Como a lei era inatacável, por ser necessária e se apresentar bem arquitetada, Catão procurou (como era seu hábito) usar o seu direito de discursar sem ser interrompido para tentar evitar que fosse aprovada, mas César mandou-o prender por obstrução e pressionou o senado<sup>16</sup>. Depois de passar neste órgão, a lei sofreu de novo obstrução quando apresentada à assembleia: sobretudo da parte do esmaecido colega de consulado, Bíbulo, e de Catão. Mas o triunvirato funcionou: Pompeio e Crasso defenderam publicamente a lei com a ajuda da pressão popular<sup>17</sup>. Depois de confrontos no foro, Bíbulo acabou por se retirar para a sua casa, limitando-se a enviar mensagens a dizer que os sinais no céu não eram

---

<sup>13</sup> D.C. 38.1.1-2; App, *BC* 2.10.

<sup>14</sup> O próprio Cícero (*Att.* 2.3) apoia a princípio esta lei agrária.

<sup>15</sup> Suet., *Jul.* 20.1; D.C. 38.1.

<sup>16</sup> D.C. 37.58.1. Suetónio (*Jul.* 20.4) e Plutarco (*Cat. Min.* 33.1-2) colocam a prisão em outros contextos.

<sup>17</sup> Plut. *Caes.* 14; *Pomp.* 47-48; D.C. 38.5-6.

favoráveis, como era prerrogativa sua<sup>18</sup>. Apesar da força da religião tradicional, tal modo de atuação não era eficaz<sup>19</sup>. Houve quem, por graça, se referisse a este ano como o do consulado de Júlio e de César, em vez de César e Bíbulo<sup>20</sup>. A insuficiência de terra levou, depois, à promulgação de uma segunda *lex agraria* que propunha a distribuição do rico, e até então preservado, campo da Campânia entre 20 000 cidadãos com mais de três filhos. Também esta passou sem grande resistência e redundou a favor de César. Foi restaurada a independência de Cápua como colônia de cidadãos romanos.

Em benefício de Pompeio, a organização do Oriente passou sem dificuldade, uma vez que era do interesse do Estado<sup>21</sup>, apesar da oposição de Luculo, prontamente calada com uma ameaça velada de César sobre os meios pouco claros como adquirira o luxo em que vivia<sup>22</sup>. A favor de Crasso houve a redução de um terço no preço a pagar pelos publicanos ao Estado pelo direito de recolha de impostos na Ásia, uma medida que garantia a César o apoio dos *equites*<sup>23</sup>. Apresentou ainda uma lei sobre a concussão (*lex repetundarum*) bastante mais pormenorizada e precisa que as anteriores para cobrir o máximo de infrações dos governadores de província, disposições mais tarde integradas nos *Digesta* de Justiniano.

Ainda durante o consulado, os três aliados trataram de assegurar o trono do Egito para Ptolomeu XII, cognominado *Auletes* (“Tocador de flauta”), cujo reconhecimento como amigo e aliado do povo romano garantiu, segundo os rumores, uma choruda soma a Pompeio e César (Suet. *Jul.* 54.3) e que iria estar na base de problemas para César, ocorridos uma década mais tarde em Alexandria. Além disso, a Clódio, inimigo de Cícero, foi permitida a passagem a plebeu<sup>24</sup>, mediante adoção, o que

---

<sup>18</sup> Suet. *Jul.* 20.1; D.C. 38.6.5-6. Plut. *Caes.* 14.9.

<sup>19</sup> Como nota Cícero (*Att.* 2.15.2 e 2.19.2). E, no que toca a autoridade religiosa, César era *Pontifex Maximus*.

<sup>20</sup> Suet. *Jul.* 20.2; D.C. 38.8.2.

<sup>21</sup> Vell. 2.44.2; Plut. *Pomp.* 48.4; D.C. 38.7.5; App. *BC* 2.46.

<sup>22</sup> Suet. *Jul.* 20.4. O general tinha sido afastado da guerra contra Mitridates sob a suspeita de a prolongar para obter proveitos.

<sup>23</sup> Vide Gelzer 1968 74-75.

<sup>24</sup> Suet. *Jul.* 20.4; D.C. 38.11.2; Cic. *Dom.* 41.



lhe abria caminho para se candidatar ao cargo de tribuno da plebe e mover perseguição a Cícero, por este ter executado os cúmplices de Catilina sem julgamento. O orador exilou-se na Macedónia e os seus bens foram confiscados.

Perante a perspectiva de atribuírem aos cônsules o proconsulado sobre as florestas e pastagens de Itália (decisão que tinha passado anteriormente no senado), o tribuno Vatínio apresentou uma proposta (*lex Vatinia*) de conceder a César um comando especial de cinco anos (até 54) sobre as províncias da Gália Cisapina e do Ilírico, à frente de 3 legiões, com o direito de escolher os legados. O senado acrescentou a Gália Transalpina, cujo procônsul nomeado falecera<sup>25</sup>. Seria uma forma de afastar mais César dos assuntos da capital. Este tratou ainda de eleger cônsules favoráveis para o ano seguinte: o sogro, Calpúrnio Pisão, e Aulo Gabínio, o tribuno que em 67 a.C. tinha garantido a Pompeio amplos poderes na luta contra a pirataria do Mediterrâneo.

### 3. O proconsulado: a Guerra da Gália

A partir daqui, os relatos da vida de César centram-se num homem de ação, e a carreira deriva dos seus feitos militares, pelo que a história política não os pode omitir<sup>26</sup>. César geriu o proconsulado da Gália muitas vezes contra o parecer do senado, tendo em conta a sua promoção pessoal e a preservação da sua *dignitas*. No seu livro *Commentarii de Bello Gallico* ('Memórias da Guerra da Gália'), César procura defender a validade das suas intervenções à luz da lei romana, mas é a única versão dos factos que possuímos. A maior parte da Gália estava fora da esfera de ação de Roma, e a tarefa de César foi facilitada pelas rivalidades que existiam entre os povos que ocupavam o território; rivalidades

---

<sup>25</sup> Suet. *Jul.* 22.1; D.C. 38.8.5. O facto é apresentado como uma grande vitória de César: Suetónio (*Jul.* 22.2) diz mesmo que ele se mostrou arrogante para com os opositores.

<sup>26</sup> Já a biografia suetoniana, mais centrada no carácter, tende a resumir os feitos militares.

que tinham favorecido já a instalação do suevo Ariovisto a oeste do Reno em 60 a.C. O mandato de César não incluía expansão territorial, pelo que o procônsul necessitava de um pretexto para se apresentar como defensor dos interesses romanos ou dos seus aliados.

**Helvécios e Germanos.** O primeiro grande feito foi frustrar as pretensões dos Helvécios de atravessar a província<sup>27</sup>, a pedido dos aliados Éduos, Alóbroges e Ambarros, em cujo território os invasores andavam a causar devastação, e forçar os invasores a voltarem à sua terra<sup>28</sup>, de modo a evitar que os Germanos aí se instalassem, na vizinhança da província da Gália. Foi aqui que a capacidade de comando de César se tornou patente. Depois a sua atenção voltou-se para Ariovisto, que se tinha instalado na margem ocidental do Reno. O pretexto que César encontra é um pedido de ajuda de uma assembleia de chefes Arvernos, Sequanos e Éduos, depois de verem o êxito do general no que toca aos Helvécios<sup>29</sup>. O rei tinha obtido em 59 o estatuto de amigo do povo romano por iniciativa de César<sup>30</sup>. Depois que Ariovisto rejeitou as exigências impostas<sup>31</sup> e de fracassadas as subsequentes negociações<sup>32</sup>, César derrotou-o, não sem antes ter de vencer as resistências dos seus soldados receosos dos Germanos<sup>33</sup>. Deixando o exército nas terras dos

---

<sup>27</sup> Caes. *Gal.* 1.2-29; D.C. 38.31-34; Plu. *Caes.* 18. Pressionados por povos Germânicos a norte e alarmados pelo facto de Ariovisto se ter instalado a Oeste, os Helvécios decidiram organizar uma migração, para ocupar a região da atual Saintes, na Gália Ocidental. Como César lhes negara a passagem pela província romana, obtiveram autorização para marchar pelo território dos Sequanos. Ao saber do objetivo final da viagem, César resolveu atacar, com o pretexto de evitar o perigo para a província (*Gal.* 1.10).

<sup>28</sup> Depois de os derrotar na batalha de Bibracte (Autun).

<sup>29</sup> Caes. *Gal.* 1.30-33; D.C. 38.34. Os Arvernos e Sequanos tinham pedido ajuda a Ariovisto contra os Éduos. Aquele enviou 15 mil homens, mas os Éduos, derrotados, tiveram de ceder reféns aos Arvernos e Sequanos. Entretanto também os aliados do rei germano estavam descontentes, particularmente os Sequanos, porque tiveram de ceder parte do território a um grupo de mais 24 mil Germanos que atravessaram o Reno. Havia o temor de que a Gália fosse invadida por Germanos.

<sup>30</sup> D.C. 38.34.3; Plu. *Caes.* 19.2.

<sup>31</sup> Dión Cássio (38.34.6) nota que as exigências de César visavam sobretudo provocar Ariovisto.

<sup>32</sup> No discurso de Ariovisto, César (*Gal.* 1.44) sugere que a sua morte seria grata a muitos nobres romanos.

<sup>33</sup> Os soldados estavam apavorados com os rumores sobre a invencibilidade do inimigo (Caes. *Gal.* 1.39). Dión Cássio (38.35.2) acrescenta ao medo uma questão política: não era uma guerra autorizada por Roma, mas antes o resultado da ambição César, pelo que

Sequanos, talvez em Vesonção (Besançon), sob o comando de Labieno, dirigiu-se durante o inverno à Gália Cisalpina para administrar a província e ficar mais ao alcance das novas de Roma, onde a violência de Clódio empurrava Pompeio para os *optimates* e onde se preparava o regresso de Cícero do exílio.



Fig. 1. Campanhas de César na Gália - por Fábio Mordomo

**Belgas.** Aproveitou para recrutar mais duas legiões no início de 57 e passou depois a combater os Belgas, que se estavam a organizar para construir uma liga antirromana, da qual se distanciaram os Remos, que atuaram como aliados de Roma<sup>34</sup>. Levou à rendição, sem combate, os Suessiões, Belóvacos e Ambianos; venceu os Nérvios; conquistou a

ameaçavam amotinar-se. Plutarco (*Caes.* 19.3) atribuiu as hesitações à moleza dos tribunos militares de origem aristocrática.

<sup>34</sup> D.C. 39.1-5.

cidade dos Atuatuco. Na pacificação da região, notabilizaram-se também os legados; além de Labieno, já notável nas campanhas anteriores, foi bem-sucedido Públio Crasso, filho do vencedor de Espártaco, bem como Sêrvio Galba, que foi enviado a pacificar a região Alpina. Com esta campanha César considera, com exagero, toda a Gália pacificada<sup>35</sup>. Em Roma, faz-se uma *supplicatio*: quinze dias de ação de graças pela vitória, que se tornara num tributo ao vencedor. No final, César instala as legiões nos acampamentos de inverno e parte para Itália, para, no encontro de Luca, reforçar a sua aliança com Pompeio e Crasso e obter uma prorrogação do seu proconsulado por mais cinco anos.

**Vénetos.** César vira-se, na segunda metade do ano 56 a.C., contra os Vénetos, povo de grandes marinheiros da região da Armórica. Os navios deles eram nitidamente superiores aos da frota romana, entregue ao comando de Décimo Júnio Bruto<sup>36</sup>, mas a rapidez, o uso de remadores e a inventividade dos romanos (que cortaram com foices as vergas dos navios inimigos) permitiu uma vitória fácil e completa, como salienta César<sup>37</sup>. Executou os chefes e vendeu a população para a escravatura<sup>38</sup>. Na mesma altura, o legado Quinto Titúrio Sabino vencia Virídivox, chefe dos Unelos (ou Venelos) na vizinha península de Cotentin, e Públio Crasso obtinha importantes vitórias no Sul, contra povos da Aquitânia, que receberam ajuda de antigos companheiros de Sertório.

**Usípetes, Tencteros, Úbios.** Assegurada a prorrogação do comando<sup>39</sup> e depois de passar o inverno na Gália Cisalpina, César dirigiu-se de novo ao teatro de operações, para conter mais uma migração germânica no Baixo Reno: a dos Usípetes e dos Tencteros, que, pressionados pelos

---

<sup>35</sup> Caes. *Gal.* 2.35.

<sup>36</sup> Caes. *Gal.* 3.14; D.C. 39.40.3-5.

<sup>37</sup> *Gal.* 3.14-15. Díon Cássio (39.42-43) acentua o papel da fortuna: a falta de vento tornava os pesados navios gauleses vulneráveis às mais velozes e ligeiras embarcações de Décimo Bruto.

<sup>38</sup> Para, como César diz, dar uma lição aos bárbaros sobre o respeito pela sacrossantidade dos embaixadores (*Gal.* 3.16), que eles tinham violado ao prenderem os oficiais que requisitavam cereais.

<sup>39</sup> Pelos cônsules de 55, Pompeio e Crasso, cuja eleição era também efeito do encontro de Luca (em abril 56 a.C.), no qual participaram numerosos nobres romanos.

Suevos, se tinham instalado no território dos Menápios, na Gália Belga, e pediam uma aliança com Roma em termos semelhantes aos que antes tinha proposto Ariovisto. César venceu-os e dizimou-os impiedosamente, facto considerado em Roma pelos inimigos políticos como violação do direito das gentes. Como também os Úbios, germanos aliados que habitavam na margem direita do Reno, pediam ajuda contra os Suevos, César limitou-se a impressioná-los ao construir uma ponte em apenas dez dias e fazer o exército atravessar para o outro lado<sup>40</sup>.

**Britânia.** A vitória sobre a coligação véneta abriu de certo modo o caminho para a até então misteriosa Britânia, de onde os Gauleses tinham recebido reforços nas guerras anteriores<sup>41</sup>. Havia certamente rumores exagerados sobre riquezas<sup>42</sup>. A empresa revelou-se difícil pelo facto de o ano (55 a.C.) já ir adiantado, com o conseqüente agravamento das condições do mar, da hostilidade dos Britanos ao desembarque e, já em terra, pela falta do apoio da cavalaria, já que os navios que a transportavam se tinham transviado. Esta primeira expedição parece ter sido uma viagem exploratória, que acabou por ser mais belicosa do que César previa, sobretudo por causa da ação dos carros britânicos, sobre cada qual combatia um arqueiro e um auriga (os *essedarii*). Em meados do ano seguinte (54 a.C.), César parte de novo rumo à ilha com uma numerosa frota preparada de acordo com as necessidades de abordagem aprendidas no ano anterior. Muito a custo consegue ultrapassar o Tamisa e vencer a coligação capitaneada pelo rei Cassivelauno, e, mais do que o escasso resultado económico, César logra dissuadir os Britanos de prestar ajuda a povos gauleses revoltosos e capitaliza em Roma o efeito propagandístico de tal ação<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> Caes. *Gal.* 4.16-18. Díon Cássio (39.48.4) refere uma ponte de barcas. Alguns estudiosos modernos também não acreditam na versão de César. Mas não havia razão nenhuma para tal invenção que, além de facilmente desmentida pelos seus colaboradores, não acrescentava assim tanto à sua fama, uma vez que tinha atravessado o rio. Vide Agazzi 2006 74-78.

<sup>41</sup> Caes. *Gal.* 4.20.

<sup>42</sup> Caes. *Gal.* 5.12. Suet. *Jul.* 47.

<sup>43</sup> Vide Canfora 2000 122-123.

**O levantamento da Gália.** Depois de instalar as legiões em acampamentos de inverno (54-53 a.C.) separados na zona Belga, César sofreu a primeira derrota na Gália, às mãos dos Eburões, liderados por Ambíorix e Catuvolco, que emboscaram e dizimaram a legião comandada por Quinto Titúrio Sabino e Lúcio Aurunculeio Cota. Depois, o acampamento de Quinto Cícero, irmão do famoso orador, foi atacado pelos Nérvios, e o de Labieno pelos Tréveros, capitaneados por Induciomaro. Sucedem-se, em 53, ferozes campanhas punitivas contra os Nérvios, Tréveros (esta liderada por Labieno), Eburões. Com os sucessivos recrutamentos as forças de César atingem as 10 legiões. Para uma demonstração de força, César atravessa de novo o Reno, para dissuadir os Germanos de prestarem ajuda aos revoltosos. Depois regressa à Gália Cisalpina, enquanto, em Roma, os conflitos se agudizam, e Pompeio é nomeado cônsul único (*sine collega*).

No inverno de 52, surge a confederação gaulesa de Vercingétorix. O gaulês segue uma política impopular de terra queimada, mas as capacidades estratégicas do jovem caudilho arverno não podiam rivalizar com a experiência bélica de César<sup>44</sup>. O cerco da cidade de Avárico, nas terras dos Bitúriges, termina com um massacre que não poupou velhos, mulheres ou crianças, num total de 40 mil pessoas: número que César revela sem pudor (Caes. *Gal.* 7.28), salientando o desejo de vingança dos soldados. Longe vai a clemência demonstrada no início da conquista.

O seguinte passo na guerra teve lugar em Gergóvia, onde Vercingétorix se fortificara, um assédio desastroso para os Romanos ou, segundo Díon Cássio, uma derrota militar enquanto César estava ausente a tentar evitar uma deserção dos até então fiéis Éduos<sup>45</sup>. Estes acabam mesmo por se aliar a Vercingétorix, embora seja a contragosto que o reconhecem como chefe supremo. Mas, a norte, no território dos Sénones e Parísios, Labieno obtém, por sua conta, uma retumbante vitória em Lutécia (atual Paris).

---

<sup>44</sup> Pelo que comete erros táticos que levam a que os seguidores o cheguem a considerar um traidor (Caes. *Gal.* 7.20.). Vide Agazzi 2006 109 ss.

<sup>45</sup> Caes. *Gal.* 7.44-51; D.C. 40.38.1.

O comandante gaulês, superado depois em campo aberto, refugia-se em Alésia, onde fica cercado pelas tropas romanas. A cavalaria gaulesa, tendo saído furtivamente da cidadela, consegue reunir reforços<sup>46</sup>; e César passa a ser simultaneamente assediante e assediado, facto que o obriga a erguer uma dupla linha defensiva, para proteger os seus homens das investidas dos sitiados e dos Gauleses que vinham em auxílio dos compatriotas. Frustrada a esperança depositada nestes últimos, Vercingétorix acabou por se render, forçado pela carência. Em Roma, celebraram-se vinte dias de festejos. César tratou de submeter toda a Gália, guarnecendo a parte central e acabando com os restantes focos de resistência. Da Gália Belga, um exército dos Belóvacos penetrou no território dos Sénones e foi vencido em combate. Terminada a conquista da Gália<sup>47</sup>, foi estabelecida a relação entre o estatuto de cada povo e Roma, o que, no conjunto, rendia uma soma de 40 milhões de sestércios por ano em impostos. César pôde restaurar a sua fortuna e recompensar abundantemente os soldados, assegurando a sua fidelidade. Recompensou os agentes. Comprou o terreno para a construção do novo foro em Roma. Construiu monumentos nas províncias. Enorme quantidade de ouro dos tesouros da Gália afluíu a Roma. César talvez não pudesse tornar-se ditador de Roma se primeiro não tivesse subjugado a Gália, campanha que lhe garantira não só incontáveis riquezas, mas também um incomparável exército devotado<sup>48</sup>. Toda a política de Roma passa a centrar-se em César, para o controlar, para o favorecer ou para promover uma posição intermédia. Tinha congregado um importante grupo de assistentes, como G. Víbio Pansa, Aulo Hércio, L. Cornélio Balbo, G. Ópio, G. Mácio, M. Cúrcio Póstumo. Labieno passar-se-á na guerra civil para o lado dos Pompeianos.

---

<sup>46</sup> Que incluíam mesmo antigos aliados de César, como ele próprio lamenta (Caes. *Gal.* 7.76).

<sup>47</sup> Embora à custa de verdadeiros crimes de guerra. Plínio (*Nat.* 7.91-99) considera tal mortandade uma *iniuria* contra o género humano. Vide Canfora 2000 132-139.

<sup>48</sup> Como salienta Brunt 1988 82-83.

## 4. A guerra civil



Fig. 2. Campanhas de César na Guerra Civil - por Fábio Mordomo

Em 56 a.C., o triunvirato tinha sido reafirmado num encontro em Luca. Acordaram que Pompeio e Crasso<sup>49</sup> deveriam obter o consulado para 55, seguido de províncias proconsulares: Hispânicas para Pompeio e Síria para Crasso; o proconsulado de César devia ser prorrogado por 5 anos (*Lex Pompeia Licinia*). As eleições foram tumultuosas, mas no final Pompeio e Crasso levaram o seu projeto avante. Pompeio envia legados para comandar as legiões que detinha na Hispânia. Mas, em 54, Júlia morre de parto, quebrando-se a ligação familiar entre Pompeio e César; e, em 53, Crasso, na campanha contra os Partos, é derrotado em Carras e morto<sup>50</sup>, pelo que, desfeito o trio que distribuía as forças, Roma vê-se a braços com o confronto de dois titãs.

<sup>49</sup> E não Domício Aenobarbo, que pretendia pôr fim ao proconsulado de César na Gália.

<sup>50</sup> Sobre a morte de Crasso, vide atrás Rui Morais, cap. 9 §8.



Na Urbe, os conflitos de rua, em que eram usados bandos de gladiadores, agudizavam-se a tal ponto que Clódio foi morto na via Ápia num recontro com os homens do seu inimigo, Milão. Para resolver a situação, Pompeio foi designado cônsul sem colega, um subterfúgio para evitar nomeá-lo ditador. Um decreto popular de 52 assegurava a César a possibilidade de se candidatar ao consulado para 48 *in absentia*, mas a classe senatorial tratou de se lhe opor aos desígnios. O cônsul de 51, M. Cláudio Marcelo, propôs que César licenciasse o exército, uma vez que a guerra tinha terminado. Pompeio fez passar uma lei em que obrigava os candidatos a magistrados a estarem presentes em Roma, mas não introduziu a exceção a favor de César<sup>51</sup>. Foi, além disso, negada a cidadania aos colonos que habitavam a norte do Pó, onde César fizera recrutamentos, para lhe cortar esta base de apoio<sup>52</sup>. No *Bellum Ciuile* ('Guerra civil')<sup>53</sup>, escrito mais tarde, César procura apresentar favoravelmente a sua atuação.

César, como muitos moderados em Roma, parece querer evitar a guerra desde que possa salvar a sua *dignitas*<sup>54</sup>. Mas o medo de que se comportasse como Sula ou como Catilina (fizesse proscricções, abolisse as dívidas e revolucionasse o Estado<sup>55</sup>) fez com que a classe rica se colocasse sob a bandeira de Pompeio. Em 50, César conseguiu "comprar" um dos cônsules, L. Emílio Lépidio Paulo, e o tribuno Gaio Ecribônio Curião. Mas, como os cônsules de 49 (Gaio Marcelo e Cornélio Lêntulo Crure) lhe eram ambos *hostis*, César faz propostas moderadas, primeiro através do tribuno Curião e depois por meio de uma carta, no sentido

---

<sup>51</sup> Por esquecimento, segundo Suetónio (*Jul.* 28.3), o que é pouco credível.

<sup>52</sup> Plu. *Caes.* 29.2; Suet. *Jul.* 28.3. César defendia, desde o seu regresso da Hispânia como questor, as aspirações das colónias transpadanas de direito latino à cidadania romana plena (Suet. *Jul.* 8).

<sup>53</sup> Ou *Commentarii de bello ciuile* ('Memórias da guerra civil').

<sup>54</sup> Segundo Suetónio (*Jul.* 29.1), César repetia que «mais dificilmente o expulsariam do primeiro para o segundo lugar entre os cidadãos do que do segundo para o último» - palavras provavelmente transmitidas por Asínio Polião, o que as torna verosímeis. Para Suetónio o que movia César era o desejo de reinar. Vide Gelzer 1969 189; Canfora 2000 145-146 e 152-155.

<sup>55</sup> Cic. *Att.* 7.11.1. Segundo Suetónio (*Jul.* 30.2), para Pompeio, era a impossibilidade de César acabar as obras e cumprir as promessas que tinha feito que o levavam a querer baralhar e reformular tudo. Vide Canfora 2000 152.

do desarmamento das partes, pelo que estava disposto a licenciar oito legiões e a ceder a Gália Transalpina, ficando só com duas legiões e a Gália Cisalpina, para assegurar a sua posição até que fosse eleito cônsul. Foi o próprio Curião (o tribuno de 50) o portador de uma carta com o reiterar da proposta. Apesar de César mostrar abertura para manter apenas uma legião, a proposta não foi aceite, pelo que foi imposto um prazo limite para o licenciamento<sup>56</sup>. O veto interposto por dois tribunos de 49 (M. António e Quinto Cássio Longino) foi travado por um *senatus-consultum ultimum* (que suspendia a “constituição” normal), e aqueles fogem da cidade juntamente com Curião (o tribuno do ano anterior) e vão juntar-se a César<sup>57</sup>. A verdade é que até este ponto nenhuma das partes parecia estar ciente de que a guerra iria estalar, cada uma convencida que a outra cederia. Cícero procurava conciliar as partes em nome dos que preferiam salvaguardar a paz; Pompeio hesitava, mas Catão, Metelo Cipião e o cônsul Lântulo, entre outros, queriam evitar a todo o custo que César obtivesse um segundo consulado. César deu então início à guerra ao atravessar o Rubicão<sup>58</sup>, o rio que dividia a Itália da sua província, a Gália Cisalpina. O simbolismo desta ação é salientado pelas fontes: a partir daqui, o caminho era irreversível<sup>59</sup>.

**Itália.** A guerra vai desenrolar-se em vários cenários. O primeiro é a Península Itálica. César toma a iniciativa de invadir a Itália com apenas uma legião (a XIII, a que em breve se juntam mais duas: a XII e a VIII), pelo que não deu tempo aos inimigos de prepararem um exército. O rápido avanço de César surpreendeu o governo legítimo de Roma e Pompeio ordenou a evacuação da Urbe para Cápua e depois para a Apúlia<sup>60</sup>. Das

---

<sup>56</sup> Vell. 2.49.3; Suet. *Jul.* 29.2; Plu. *Caes.* 31.1; D.C. 41.1.4; *Caes. Civ.* 1.1-2; App. *BC* 2.32.

<sup>57</sup> *Caes. Civ.* 1.5; App. *BC* 2.33.

<sup>58</sup> Na madrugada de 11 de janeiro de 49 a. C: Vell. 2.49.4; Suet. *Jul.* 31.2; Plu. *Caes.* 32.5-9; *Pomp.* 60.1-3

<sup>59</sup> Deste contexto se imortalizou a expressão *Iacta alea est* (Suet. *Jul.* 32) («O dado foi lançado»). Trata-se de uma variante em latim de uma expressão de Menandro («o dado seja lançado!») que também figura em Plutarco (*Caes.* 32.8; *Pomp.* 60.2). Se César pronunciou estas palavras, terá sido em grego, língua em que o dito se tornou proverbial.

<sup>60</sup> Plu. *Pomp.* 61; *Caes.* 33; D.C. 41.6.1-2; App. *BC* 2.36-37. Cícero lamenta tal comportamento Temistocleano: *Cic. Att.* 7.11.3-4; 10.8.4. A notícia de que César tinha atravessado o Rubicão terá chegado a Roma por volta de 17 de janeiro de 49 a.C.

idades de Itália, só Corfíno ofereceu verdadeira resistência a César, uma vez que o inimigo mortal deste, Lúcio Domício Aenobarbo, nomeado procônsul da Gália Cisapina, aí se fortificou com cerca de 30 coortes<sup>61</sup>. Perante as manifestações de clemência e abnegação por parte de César na vitória<sup>62</sup>, dissipou-se o temor de que se comportasse como Sula<sup>63</sup>. César, na mira de afastar a inevitável comparação com os horrores da anterior guerra civil, salientava que pretendia apenas reaver os privilégios que lhe tinham sido arrebatados por uma facção e atacar a ilegalidade cometida contra os tribunos da plebe<sup>64</sup>. A tal moderação seguiram-se mais cartas diplomáticas, a propor a reconciliação com Pompeio<sup>65</sup>.

Pompeio concentrou as forças em Brundísio (atual Brindes) e preparou um embarque para o Epiro, de modo a ter tempo de treinar as suas tropas, reunir mais efetivos nas províncias orientais e invadir Itália a partir da Grécia, como já fizera Sula. Furta-se a qualquer encontro pessoal com César e embarca a 17 de março. Depois de tentar em vão barrar-lhe a retirada, César, que o não pode seguir por falta de transporte, resolve preocupar-se com a retaguarda – o exército de Pompeio na Hispânia — e divide as forças em várias partes, para assegurar o controlo de Itália, e garantir o controlo da Sardenha e da Sicília, de modo a prevenir o corte no fornecimento de cereais<sup>66</sup>.

Já em Roma, esforça-se por tomar algumas medidas com o possível suporte de senadores e os escassos consulares presentes, uma vez que os dois cônsules e o grosso do senado estavam na Grécia. César já vinha há longo tempo tentando atrair Cícero para Roma através dos agentes e de repetidas cartas, de que o próprio orador dá conta na sua correspondência

---

<sup>61</sup> Domício pede ajuda a Pompeio para juntos bloquearem César, mas aquele ignora-o: cf. *Caes. Civ.* 1.17.

<sup>62</sup> Desde logo, a libertação de Públio Cornélio Léntulo Espínter (cônsul de 57) de Domício e de outros nobres romanos capturados na sequência da capitulação de Corfíno, seguida da restituição do dinheiro depositado por Domício no erário da cidade.

<sup>63</sup> *Caes. Civ.* 1.16-23; *App. BC* 2. 38. O efeito esperado, como nota Cícero (*Att.* 8.13).

<sup>64</sup> Assim conota, por sua vez, os adversários com Sula, apesar de este ter respeitado o veto quando retirou o poder aos tribunos da plebe. Vide Canfora 2000 166-175.

<sup>65</sup> *Cic. Att.* 9.7c; *D.C.* 41.10.2; *Caes. Civ.* 1.24.4-6.

<sup>66</sup> *Caes. Civ.* 1.25-30; *D.C.* 41.12; *App. BC* 2.39-40.

com Pompônio Ático<sup>67</sup>. César encontra-se com Cícero em Fórmias, mas este mostra-se contra a partida dele para a Hispânia e a transferência do exército para a Grécia, dizendo-se, em contrapartida, disposto a fazer diversos reparos à atuação de Gneu Pompeio. César obviamente não aceita; e a Cícero desagradam sobretudo os que rodeiam César (Cic. *Att.* 9.18.2; 9.19.1).

César procura a constitucionalidade, através de uma reunião do senado, legalmente convocada pelos tribunos Antônio e Cássio<sup>68</sup> para 1 de abril fora do *pomerium* (sendo procônsul, não podia entrar no recinto sagrado da cidade), na qual expõe as suas razões e propõe uma delegação de paz; depois, perante uma assembleia popular, promete uma distribuição de cereais e dinheiro aos cidadãos<sup>69</sup>. Mas o respeito pela legalidade, bem como o pretexto de defesa dos tribunos, cai por terra quando o tribuno Lúcio Metelo lhe veta o acesso ao erário de Saturno. César, necessitando de dinheiro para o esforço de guerra, ameaça-o de morte<sup>70</sup>.

**Massília e Hispânia.** O segundo cenário é a Hispânia, onde os legados de Pompeio, o erudito M. Terêncio Varrão, M. Petreio (que derrotara Catilina em 63) e Lúcio Afrânio (cônsul de 60 que já lutara contra Sertório) comandavam uma força de 5 legiões, oito coortes auxiliares e 5 mil cavaleiros. Deixando Emílio Lépidio como prefeito da cidade e Marco Antônio ao governo de Itália, César parte para enfrentar os pompeianos na Hispânia. Para lá faz deslocar 6 legiões da Gália e ainda 5 mil tropas auxiliares e 3 mil de cavalaria. Dizia que “avançava contra um exército sem general e que de lá regressaria contra um general sem exército” (Suet. *Jul.* 34.2). No caminho, César viu-se obrigado a montar um cerco a Massília (atual Marselha) que, a pretexto de neutralidade, lhe fechou as portas. Mas como não queria perder a vantagem do tempo, deixou o cerco a cargo de Gaio Trebônio, que fora seu legado na Gália desde 54, e a frota a cargo de Décimo Bruto. Juntando-se ao legado Fábio, César venceu Petreio e Afrânio em Ilerda, graças à superioridade da cavalaria e à sua paciência em evitar

---

<sup>67</sup> O genro do orador, Públio Cornélio Dolabela, militava no exército de César.

<sup>68</sup> Ainda que faltasse a autoridade da nata da aristocracia romana.

<sup>69</sup> Caes. *Civ.* 1.32; Vell. 2.50; D.C. 41.15.2-3; 41.16.1.

<sup>70</sup> Plu. *Caes.* 35; D.C. 41.17.1-2.

batalha, numa campanha de apenas 40 dias, na qual se evidenciaram não só o seu génio de estratégia, mas também a sua habitual moderação e a vocação de homem de estado, que, ao libertar os vencidos, procura promover a pacificação do mundo romano<sup>71</sup>. Segue-se a rendição de Varrão.

Deixa na Hispânia Quinto Cássio Longino, com poderes de pretor, uma escolha que se revelará desastrosa, e vai receber a capitulação de Massília, onde deixa uma guarnição de duas legiões. Apesar destes sucessos, houve revezes assinaláveis: Curião, que da Sicília passara à África, é derrotado e morto numa emboscada lançada pelo rei Juba da Numídia, aliado de Pompeio; Lúcio António sofre uma derrota menor na Ilíria; a IX legião, descontente com o alastrar da guerra, com a demora no pagamento e com a ausência de saque, amotina-se em Placência e só a capacidade de liderança e firmeza de César a faz voltar à disciplina.

**Roma, de passagem.** Encaminhou as tropas para Brundísio, para depois as embarcar para a Grécia, e aproveitou doze dias para tratar de uma série de assuntos importantes em Roma. Tinha sido entretanto nomeado ditador por proposta de um pretor<sup>72</sup>, porque, na ausência dos cônsules, só um ditador podia convocar as eleições para 48. Assim, César pôde obter também o seu almejado consulado para aquele ano, juntamente com Públio Servílio Isaurico; além de que fez preencher os lugares vagos do governo do Estado. No que toca à delicada questão das dívidas, que uns temiam e outros desejavam que abolisse, promulgou uma lei enquanto ditador (*lex data*) propondo uma solução equilibrada que implicava cedências de ambas as partes<sup>73</sup>. Mandou regressar exilados e devolveu todos os direitos aos filhos das vítimas das proscricções de Sula. Ao fim de 11 dias, César abdicou da ditadura e dirigiu-se para Brundísio.

**Grécia** (de Dirráquio a Farsalo). O culminar da guerra civil com o confronto dos dois gigantes tem lugar na Grécia. César, ao fazer atravessar

---

<sup>71</sup> Caes. *Civ.* 2.32.5. Vide Gelzer 1968 212-217.

<sup>72</sup> Deveria ser um dos cônsules a nomear o ditador, mas havia precedentes na história romana de um ditador nomeado pelo povo, na ausência de cônsules: Liv. 22.31.8; 27.5.16.

<sup>73</sup> Para o pagamento em bens móveis e imóveis estes deviam ser cotados segundo o valor que tinham antes da guerra, mediante a arbitragem do pretor urbano. Cf. Caes. *Civ.* 3.1-2; Suet. *Jul.* 42.2.

as suas tropas no inverno, consegue apanhar o inimigo desprevenido e desembarcar sem problemas o primeiro contingente na costa do Epiro: cerca de 20 000 homens. Mas Bíbulo, o comandante da frota pompeiana, já alerta, impedia a chegada dos reforços e de mantimentos. Embora César obtivesse a rendição de Órico e de Apolónia (os habitantes locais obrigaram os pompeianos ali sitiados a renderem-se, e quase todas as cidades do Epiro lhes seguiram o exemplo), falhara a conquista de Dirráquio, principal base de fornecimento de Pompeio. Este pensava vencer César através do bloqueio, pelo que evita batalha, mas acaba por ficar num impasse. No acampamento pompeiano a moral é baixa: às mostras de clemência de César opunha-se a crueldade de Bíbulo e de muitos outros pompeianos que se propunham punir mesmo os que se mostravam neutrais na guerra. Habilmente, César continua a fazer tentativas de paz, de modo a lançar sobre Pompeio a culpa da continuação da guerra civil<sup>74</sup>.

Só em finais de março, António conseguiu fazer transportar os esperados reforços, que rapidamente se uniram ao exército de César, perfazendo um total de 34 000 soldados de infantaria e 1 400 cavaleiros. Se o exército de Pompeio continuava mais numeroso, o de César era mais experiente e devotado ao comandante. Mas, depois de César cercar com trincheiras o exército de Pompeio junto a Dirráquio, de modo que os pompeianos ficaram isolados entre César e o mar<sup>75</sup>, aumentaram os problemas com o abastecimento de comida para César, de água para Pompeio e de doença para ambos os exércitos. Uma surtida vã de César foi repelida com tal êxito por Pompeio e provocou tal debandada entre os soldados de César, que o exército pompeiano poderia ter obtido nesse dia a vitória «se tivesse quem soubesse vencer», como terá exclamado César<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> César envia, através do pompeiano Vibúlio, uma missiva com uma proposta de paz, mas Pompeio interrompe a leitura, dizendo que não quer dever a vida à generosidade de César. Cf. *Caes. Civ.* 3.10; 3.18.3-5; *Plu. Pomp.* 65.3-4. D.C. 41.53.2-54.3. Outras formas de conciliação são tentadas de parte a parte, mas, segundo César, torna-se evidente que, para os pompeianos, qualquer tentativa de paz parece impossível sem a cabeça de César (*Caes. Civ.* 3.19). Vide Gelzer 1969 223-227.

<sup>75</sup> Feito que, além de conter as manobras do adversário, pretendia minar o prestígio internacional de Pompeio, por este, tendo embora um exército mais forte, não se atrever a dar batalha (*Caes. Civ.* 3.43.4).

<sup>76</sup> *Suet. Jul.* 36; *Plu. Caes.* 39.8; *Pomp.* 65.5; *App. BC* 2.62.

De qualquer modo, quebrado o cerco num ponto, a cavalaria de Pompeio tinha agora liberdade de movimentos, e César retira-se para a Tessália como um perdedor, aos olhos de muitos.

Entre voltar a Roma, e deixar o sogro Cipião com as tropas da Síria à mercê do inimigo, e continuar a perseguir César na Grécia, Pompeio decide-se pela segunda opção. Contudo, a prudência de Pompeio não agradava aos partidários, que lhe chamavam “Agamémnon” e “Rei dos reis”; e, cren-do na vitória iminente, disputavam já despojos, benefícios e cargos para depois da guerra<sup>77</sup>. Cícero, que, depois de hesitar longamente, se juntara a Pompeio, constata que, no acampamento, não via “nada de bom, exceto a causa” (*Fam.* 7.3.2). O confronto final dá-se na planície de Farsalo, na Tessália: Pompeio, oferece finalmente batalha a 9 de agosto e, confiando na superioridade numérica da sua cavalaria, colocada à esquerda, opta por uma posição estática da infantaria, de modo a aguentarem o mais tempo possível o embate da linha da frente de César e darem tempo à cavalaria de decidir o rumo da batalha. Mas César oculta, na quarta linha à direita, seis coortes que, colocadas em posição oblíqua atrás da sua própria cavalaria, põem em fuga os ginetes de Pompeio e, rodando, vão atacar o flanco esquerdo do adversário, que cede. À vitória segue-se o saque ao acampamento pompeiano<sup>78</sup>. A acreditar nos números, o combate salda-se com 15 000 mortos do lado de Pompeio contra apenas 200 do lado de César, 30 dos quais eram centuriões. A *dignitas* de César estava vingada<sup>79</sup>. Como habitualmente, César ostentará a sua *clementia* em favor dos que lutaram por Pompeio.

**Egito.** Quanto a Pompeio, logo que o ataque da cavalaria fracassou, desistiu: dirigiu-se para o acampamento e, de seguida, pôs-se em fuga, acabando por aportar ao Egito. O jovem monarca Ptolemeu XIII, filho

---

<sup>77</sup> Plu. *Caes.* 41.2 e 42.2; Plu. *Pomp.* 67.3; App. *BC* 2.69; *Caes. Civ.* 3.72; 3.82-83.

<sup>78</sup> *Caes. Civ.* 3.92-95; Plu. *Caes.* 44-45; App. *BC* 3.78-82.

<sup>79</sup> César procura salientar a sua continuada tentativa de resolução pacífica, ideia reiterada no discurso aos soldados proferido antes do recontro (*Caes. Civ.* 3.90). Mas, segundo Asínio Polião, depois da batalha César terá exclamado: «Eles assim o quiseram, depois de tantos feitos notáveis, César seria condenado se não recorresse à ajuda do exército» (*Suet. Jul.* 30.4; cf. Plu. *Caes.* 46.1).

do já referido Ptolemeu XII (*Auletes*), fingiu acolhê-lo, mas mandou matá-lo e decapitá-lo à chegada, na esperança de que o macabro troféu da cabeça agradasse ao vencedor de Farsalo<sup>80</sup>. César, depois de passar pela Ásia, dirige-se para o Egito, onde chega em outubro, pouco depois de Pompeio. Diz-se que se emocionou e desviou o olhar perante a cabeça decapitada do rival<sup>81</sup>. Em Alexandria, foi cair no meio de uma guerra civil entre o jovem monarca e sua irmã (e esposa) Cleópatra VII. Por morte do pai, em 51 a.C., tinham herdado o trono conjunto e casado, como se tornara costume nesta dinastia. Cleópatra, que se impôs, acabou por se tornar impopular e ser expulsa, talvez por prestar ajuda militar a Pompeio. Refugiou-se então na Arábia e Palestina e, precisamente em 48, regressava com um exército para reclamar o trono.

César envolve-se então na obscura guerra de Alexandria, um desgastante interlúdio na guerra civil romana, relatado em livro (*Bellum Alexandrinum*) por um partidário de César<sup>82</sup>. César e o exército tornam-se logo impopulares na cidade, sobretudo quando começam a cobrar dívidas antigas de Ptolemeu Auletes, rei que, devido à sua propensão filorromana, se tornara odioso entre os súbditos. César assumiu o papel de árbitro na contenda entre os dois rivais, mas começou a favorecer Cleópatra (segundo a tradição, tornou-se amante dela), pelo que Potino, conselheiro de Ptolemeu XIII, chamou de Pelúcio o exército egípcio<sup>83</sup>, que, sob o comando de Aquilas, sitiou o palácio. Nos recontros seguintes, a célebre biblioteca de Alexandria<sup>84</sup> acabou por sofrer danos num incêndio<sup>85</sup>. E, numa tentativa frustrada de ocupar a totalidade da ilha de Faros (onde estava o famoso Farol de Alexandria, uma das 7 maravilhas do mundo antigo), César perde muitos homens e

---

<sup>80</sup> Sobre a morte de Pompeio, vide atrás Morais, cap. 9 §8.

<sup>81</sup> Plu. *Caes.* 48.2.

<sup>82</sup> O autor *incertus* (Suet. *Jul.* 56.1) de *Guerra de Alexandria* é para muitos Hircio, que compôs também o livro VIII da *Guerra da Gália*.

<sup>83</sup> Trata-se em grande parte de tropas romanas de Gabínio, procônsul da Síria, que tinham ficado no Egito, depois que os “triúnviros” restabeleceram no trono Ptolemeu Auletes em 55 a.C. (Caes. *Civ.* 3.103.5; 3.110.2).

<sup>84</sup> Ou apenas a uns armazéns de livros (cf. DC 42.38.2) destinados a exportação, mas o equívoco instalou-se entre antigos e modernos. Vide Canfora 2000 225-226.

<sup>85</sup> Quando César incendiou com projéteis a frota egípcia que lhe tentava bloquear o acesso por mar.



tem de salvar a própria vida a nado. Entretanto, o eunuco Ganimedes apresenta Arsínoe como rainha ao exército e acaba por afastar Aquilas do comando. Os Alexandrinos, fingindo-se agastados com estes governantes, pedem a César que lhes entregue o jovem rei a pretexto de negociações de paz, mas, depois que César lhes entrega Ptolemeu, os ataques redobram de intensidade. César ficou a dever a sua vitória e talvez a vida à chegada de Mitridates de Pérgamo com um exército da Síria que incluía um contingente de Judeus<sup>86</sup>. César logrou reunir-se aos novos reforços e, juntos, derrotaram o exército de Ptolemeu que, ao fugir, se afogou<sup>87</sup>. Arsínoe foi presa, e Cleópatra tornou-se rainha, tomando o irmão mais novo, Ptolemeu XIV, como corregente. Em vez de criar uma província, César reconhece o Egito como um reino independente, e 4 legiões ficam a assegurar a ordem, sob o comando, não de um legado, mas de Rúfio, filho de um liberto<sup>88</sup>. As fontes falam ainda de um “cruzeiro” no Nilo na companhia da jovem rainha e amante, viagem que os críticos modernos têm discutido e por vezes posto em causa. Pouco depois, Cleópatra deu à luz um rapaz, chamado Cesário pelos Alexandrinos, que ela dizia ser filho de César, mas cuja paternidade é controversa desde a antiguidade<sup>89</sup>.

A verdade é que César, com a sua ausência prolongada, estava a contribuir para a crise e incerteza que se vivia na metrópole. Em 48, Célio Rufo, descontente, tinha tentado abolir as dívidas, contra a legislação de César; e Marco António, que regressara a Roma depois de Farsalo, comportava-se de forma autoritária e sumptuosa. Nesse ano, o Cônsul Servílio nomeara César ditador por um ano e António comandante de cavalaria (*magister equitum*). Quando chegou a notícia da morte de Pompeio, foram concedidas honras e poderes excepcionais a César. A sua presença era urgente em Roma, mas ele durante meses remeteu-se ao silêncio,

---

<sup>86</sup> Comandado por Antípatro, pai de Herodes o Grande, que se ligara à causa de César.

<sup>87</sup> D.C. 42.34-43; Caes. *Civ.* 3.106-112; J. *AJ* 14.127-136; *BJ* 1.187-192.

<sup>88</sup> Tal parece antecipar a política de Augusto, que dada a importância do Egito, o confiava ao governo de um prefeito de origem equestre e proibia que um senador visitasse o país sem autorização. Mesmo assim, o prefeito Cornélio Galo cairá em desgraça e acabará por se suicidar. O emprego na administração de libertos, leais ao patrono e sem motivações políticas, será uma estratégia levada a cabo por Augusto e seus sucessores.

<sup>89</sup> Plu. *Caes.* 49.10; *Ant.* 44.3; Suet. *Jul.* 52.2; Cic. *Att.* 14.20.2.

em contraste com o seu anterior afã em enviar cartas; e a incerteza em relação ao destino dele no Egito favorecia a indisciplina: Dolabela, agora tribuno, retomou a agitação em favor da abolição das dívidas o que levou à declaração do *senatusconsultum ultimum* e à repressão cruenta comandada por Antônio<sup>90</sup>; as tropas, que tinham sido enviadas para Itália, aguardavam ociosas e impacientes pelas recompensas e licenciamento dos veteranos, e começavam a amotinar-se; os que tinham mantido a neutralidade na guerra (e entre eles Cícero) tinham razões para temer um ataque dos pompeianos a Itália. Tornara-se, entretanto, claro que a guerra civil romana não estava terminada, mas iria mudar mais uma vez de cenário. Metelo Cipião e Catão estavam agora em África onde juntaram um grande exército com o apoio de Juba, rei da Numídia.

**Ponto.** Mas notícias alarmantes chegavam do Ponto. Fárnares, filho de Mitridates, aproveitava a guerra civil romana para estender o seu reino, que Pompeio reduzira. O rei tratou cruelmente os romanos e desbaratou exército de Gneu Domício Calvino, legado de César. César acorreu com a VI legião, e a sua vitória em Zela foi tão rápida que o vencedor pôde escrever num dos estandartes levados entre os troféus do triunfo: *ueni, uidi, uici* («cheguei, vi e venci!»)<sup>91</sup>. De caminho, recompensa os que o socorreram na guerra de Alexandria (Hircano, sumo sacerdote, e Antípatro, pai de Herodes o Grande, bem como Mitridates de Pérgamo), perdoa a Pompeianos, entre os quais Gaio Cássio, e organiza as fronteiras, com a assistência de Marco Bruto<sup>92</sup>.

**Itália.** De passagem por Itália, César encontra-se amigavelmente com Cícero em Brundísio. Em outubro, chega a Roma onde regula a situação das dívidas e assegura a venda das propriedades dos oponentes mortos ou não perdoados; nomeia os magistrados para o resto do ano (47 a.C.);

---

<sup>90</sup> Por causa disso, a relação entre César e Antônio terá esfriado, e Lépido é depois designado *magister equitum* em lugar de Antônio em 46. De qualquer modo, Antônio continua nas proximidades de César e é seu colega de consulado em 44 a.C.

<sup>91</sup> *B. Alex.* 65-78; *Plu. Caes.* 50; *Suet. Jul.* 35.2; 37.2; *D.C.* 42.45-48.

<sup>92</sup> À ida, detém-se na Síria para angariar as clientelas orientais (muitos tinham apoiado Pompeio) e colocar o primo Sexto Júlio César ao comando da Síria (este será assinado em 46 pelos soldados). Depois de Zela, entrega o reino do Bósforo a Mitridates de Pérgamo.

renuncia à ditadura e torna-se cônsul para o ano seguinte, escolhendo como colega Marco Lépido; nomeia 10 pretores (em vez dos habituais 8), aumenta o número de sacerdócios e completa o senado, onde inclui elementos da Hispânia e da Gália – uma forma eficaz de assegurar o poder. Quanto aos soldados revoltosos da X legião, que agora avançavam sobre Roma e reclamavam que os premiasse e licenciasse a todos, demoveu-os ao dirigir-se a eles tratando-os astutamente por *quirites* («cidadãos»), em vez do habitual tratamento por «camaradas de armas», de forma a salientar a nova condição de civis, e ao assegurar-lhes o pagamento de tudo o que foi prometido. O efeito foi tal, que os amotinados suplicaram que os aceitasse de novo no exército e os levasse com ele para a guerra que ia empreender em África; e notabilizaram-se quer aí, quer mais tarde na Hispânia.

**África.** Reunidas a tropas em Lilibeu, na Sicília, César zarrou e aportou perto de Hadrumeto, com a pesada tarefa de reunir uma armada dispersa pelos ventos. Também esta guerra é contada em livro, “A guerra de África” (*Bellum Africanum*), redigido por um desconhecido, seguidor de César. Este lutava agora não tanto contra pompeianos, mas contra os defensores da causa republicana, cujo principal ideólogo era Catão<sup>93</sup>. Apesar de uma meia derrota e uma retirada difícil em Ruspina, devido ao ataque infligido pelo experiente Labieno (que fora legado de César na Gália), César começou a ser favorecido pelos ataques de Boco da Mauritânia a Juba e pelas deserções que provocava quer a severa atuação dos republicanos, quer a lealdade das comunidades locais para com Mário, de quem César era sobrinho. Apesar de tudo, tinha dificuldade em encontrar mantimentos. O comandante em chefe dos republicanos era Cipião, com menores capacidades militares. A Batalha de Tapso foi travada com tal ferocidade que os soldados de César, desejosos de terminar a guerra, não pouparam os vencidos, e muitos republicanos foram mortos ou se suicidaram de seguida. Desta vez César não agraciou os que já tinham sido perdoados antes. O próprio Catão, que estava em Útica, se suicidou poucos dias depois, enquanto lia, segundo se diz, uma passagem do *Fédon* de Platão sobre a imortalidade da alma. Catão retirou assim a César a possibilidade de

---

<sup>93</sup> Vide Canfora 2000 256-257.

exercer o perdão, pelo que este teve que se contentar em perdoar ao filho dele. Fausto Sula e Afrânio foram executados; Juba e Petreio decidiram matar-se um ao outro. O comandante supremo, Cipião, foi morto quando o seu navio foi capturado na fuga para a Hispânia. Labieno, Átio Varo e os dois filhos de Pompeio, Gneu e Sexto, vão continuar a luta na Hispânia.

Em julho de 46, César chega a Roma e, em setembro, celebra então quatro triunfos<sup>94</sup> em nome das vitórias sobre a Gália, o Egito, Fárnaces e Juba; omitem-se os adversários romanos<sup>95</sup>. Foram-lhe concedidos privilégios inusitados: ir num carro puxado por cavalos brancos, ser precedido de 72 litores. Seguiram-se distribuições aos soldados e aos cidadãos pobres, um banquete público em honra de Júlia e jogos de variado tipo. Procedeu-se à dedicação do Foro Júlio e do templo a *Venus Genetrix*, deusa ancestral dos Júlios, prometido na altura da batalha de Farsalo<sup>96</sup>.

**Hispânia.** Em novembro de 46, César deixou o colega de consulado, M. Lépidio, como *magister equitum* e dirigiu-se à Hispânia para o último capítulo da guerra civil. O comportamento de Quinto Cássio Longino tinha provocado a revolta; e nem o facto de César nomear outro governador resolveu o problema. Gneu Pompeio foi reconhecido como comandante da Hispânia Ulterior, com 13 legiões, depois de o procônsul Gaio Trebônio ser afastado. Os legados de César mostravam-se incapazes de resolver o assunto, apesar de Gaio Dídio ter derrotado Átio Varo numa batalha naval. O conflito, que se revelou muito cruel de ambos os lados, culminou na batalha de Munda, na qual César terá perdido mais homens que em Farsalo<sup>97</sup>. Labieno e Átio Varo caíram durante a batalha. Gneu Pompeio conseguiu fugir, mas foi decapitado mais tarde. Em Roma foram decretados 50 dias de ação de Graças. César permanecerá na Hispânia até meados de 45 para a organização desta província<sup>98</sup>. Funda uma série de colónias

---

<sup>94</sup> Mais um do que tinha celebrado Pompeio, e em três continentes: Europa, África e Ásia.

<sup>95</sup> Mas representações pictóricas das mortes de Cipião, comandante do exército de África, de Petreio e de Catão causaram descontentamento (App. *BC* 2.101).

<sup>96</sup> Junto à estátua da deusa, César coloca a de Cleópatra, que entretanto chegara a Roma.

<sup>97</sup> A dureza do combate é expressa pela suposta afirmação de César de que tinha muitas vezes lutado pela vitória, mas ali lutara pela primeira vez pela vida (Plu. *Caes.* 56.4). Também esta guerra é contada num livro de autor desconhecido: o *Bellum Hispaniense*.

<sup>98</sup> A ele se junta o sobrinho-neto Gaio Otávio que o acompanhará no regresso Roma.

de novos cidadãos para veteranos e *proletarii*; algumas cidades e portos tornam-se colónias<sup>99</sup>. No regresso, detém-se na Gália Narbonense para a organização das comunidades daquela província, e a ele se junta M. António. César só regressará a Roma no final do verão para celebrar um triunfo.

## 5. A ditadura – medidas

O programa legislativo de César é visto por uns como o de um visionário que intuiu os novos desafios que implicavam o governo de Itália e do Império e por outros como o de um aristocrata conservador que logrou alcançar glória e estatuto pessoal. Estendeu o programa agrário do primeiro consulado (em 59 a.C.). Para recompensar os veteranos, César tratou de criar colónias em terras públicas, confiscadas aos pompeianos ou compradas para o efeito. Teve o cuidado de não colocar juntos os companheiros de armas, para evitar problemas. Nesse programa de colonização incluiu também civis. Além disso, estabeleceu colónias fora de Itália<sup>100</sup>, concedendo a cidadania romana e latina. Estabeleceu assim 80 000 cidadãos em colónias no ultramar. Em resultado desta política de colonização, César pôde reduzir consideravelmente (de 320 mil para 150 mil) o número dos que auferiam da distribuição gratuita de cereais em Roma<sup>101</sup>. Em questões de ordem pública, banii as confrarias (*collegia*), à exceção das mais antigas, porque eram usadas para fins políticos. Obrigou os proprietários a contratar pelo menos um terço de homens livres para o pastoreio, talvez para evitar as revoltas de escravos. Fez passar legislação para premiar a natalidade e evitar o abandono de Itália<sup>102</sup>. Nomeado censor com o título

---

<sup>99</sup> Pela sua lealdade a César, Olisipo torna-se um *municipium* com a designação honorífica de *Felicitas Iulia*; e a colónia latina de Ébora recebeu o título de *Liberalitas Iulia*.

<sup>100</sup> Tornou efetivo o projeto dos Gracos de estabelecer uma colónia em Cartago, a que juntou outra em Corinto: as duas cidades tinham sido destruídas no mesmo ano (146 a.C.). Estabeleceu outras na Ásia Menor e na Hispânia, depois da guerra com Gneu Pompeio.

<sup>101</sup> Suet. *Jul.* 41.3; D.C. 43.21.4.

<sup>102</sup> Proibiu os habitantes de Itália de se afastarem da Península por mais de 3 anos, exceto para serviço militar, e os filhos de senadores de se ausentarem, exceto se ao serviço de um comandante militar ou magistrado.

de prefeito dos costumes (*praefectus morum*), taxou as importações e promoveu leis sumptuárias<sup>103</sup>. Planeou a construção de uma biblioteca pública em Roma, sob a supervisão do erudito Varrão. No que respeita ao governo das províncias, limitou nos mandatos dos governadores<sup>104</sup>. Enquanto *pontifex maximus* fez uma reforma do calendário, que antes se baseava no ano lunar de 355 dias<sup>105</sup>, e, para conseguir o acerto pelo ano solar, teve de intercalar, além de um mês em fevereiro, mais dois meses de 22 dias entre novembro e dezembro, pelo que o ano de 46 a.C. contou com mais 67 dias ao todo. O ano juliano somava um total de 365 dias: a cada 4 anos se acrescentava um dia a seguir ao 23 de fevereiro<sup>106</sup>.

César trabalhava incansavelmente e, na pressa de produzir legislação, acabava por abreviar os procedimentos do senado, com emissão de decretos decididos num círculo restrito, sancionados por uma lista fictícia de testemunhas votantes<sup>107</sup>; mas o debate devia ser difícil dada a dimensão que o conselho atingia. Com efeito, alargou consideravelmente aquele órgão, recrutando membros, incluindo elementos da Gália Cisalpina (ou mesmo da Gália Comata), até atingir cerca de 900. Assim, não só tornou o conselho mais favorável às suas políticas como alterou a posição dominante que até ali tinham tido os elementos de Roma em relação aos italianos. Tal situação não podia agradar aos romanos da velha cepa. Apesar de tudo, o descontentamento era sobretudo por causa dos procedimentos irregulares e não tanto por causa das medidas, consideradas adequadas. Nestas tarefas contou sobretudo com a ajuda de Ópio e Balbo.

César, que pôde experimentar no Oriente o poder da monarquia absoluta de tipo helenístico (recebeu mesmo honras divinas), mostra sinais

---

<sup>103</sup> Para restringir o uso de liteiras, seda e joias (Suet. *Jul.* 42-43).

<sup>104</sup> Os pretores para um ano e os cônsules para dois, para evitar a repetição da sua aventura por outros ambiciosos (D.C. 43.25.3).

<sup>105</sup> Para acertar o ano pelas estações os pontífices, até então, acrescentavam um mês suplementar a seguir ao dia 23 de fevereiro. Mas esta função era usada arbitrariamente para fins políticos (para aumentar ou encurtar o governo de um magistrado); e, por altura da guerra civil, o calendário oficial ia adiantado cerca de 3 meses em relação às estações do ano.

<sup>106</sup> O papa Gregório XIII fez-lhe ligeiras alterações no séc. XVI, de que resultou o calendário atual.

<sup>107</sup> Cícero (*Fam.* 7.9.15.4) mostra-se surpreendido por receber cartas de agradecimento da parte de comunidades orientais a agradecerem o apoio demonstrado em petições de que ele não fazia a mínima ideia.

de desprezo pela constituição romana e tendências para o governo autocrático<sup>108</sup>. A princípio, o próprio Cícero (*Fam.* 9.6.4) acreditou ou teve esperança numa verdadeira restauração da República. Para restabelecer a paz social, César perdoou a muitos Pompeianos; e a Bruto e Cássio até concedeu governos provinciais. Mas depressa o estado de graça passou. No seu retorno da Hispânia ficou claro que não pretendia voltar ao regime tradicional. Enquanto estava nas proximidades de Roma, antes do triunfo, redigiu o testamento, no qual o sobrinho-neto Otávio era contemplado com três quartos da herança e com a adoção, o que o tornava o herdeiro político de César. No triunfo da Hispânia, celebrado no início de outubro, já não havia a preocupação em assinalar que se tratava de uma vitória sobre um inimigo externo<sup>109</sup>. As reações começam a ser explícitas como o facto de o tribuno Pôncio Áquila se não levantar à passagem do cortejo triunfal, uma atitude que irritou profundamente César.

Uma das suas preocupações era premiar com *honores* os que o haviam apoiado, ao mesmo tempo que aumentava o seu poder. Para os recompensar tratou de alargar os cargos: em 45 fez a eleição de 14 pretores e 40 questores. Em 44 subiu os pretores para 16. Ocupou cinco consulados (em 59; 48; 46; 45; 44 a.C.), mas, em 45, reteve o consulado durante uma parte do ano e escolheu os substitutos para a restante<sup>110</sup>. Em dezembro de 45, Lúcio António, eleito tribuno da plebe, faz passar uma lei que garantia a César o direito de recomendar metade dos magistrados de todas as magistraturas exceto os cônsules. As suas recomendações para os cargos, permitiam atingir os objetivos de promover os seus candidatos sem

---

<sup>108</sup> Vide Gelzer 1969 277.

<sup>109</sup> Desagradou aos romanos por assentarem sobre as desgraças da pátria. Além disso, César permitiu que os seus legados Fábio e Pédio triunfassem nos meses seguintes, contra o costume. Cf. *Plu. Caes.* 56.7-9; *D.C.* 43.42.2. Quinto Pédio era sobrinho-neto de César e estava incluído entre os herdeiros do ditador.

<sup>110</sup> Nesse ano, abdica do consulado em proveito dos seus legados Fábio e Trebónio que são eleitos *suffecti* (substitutos) para os restantes 3 meses do ano. M. António é cônsul designado para o ano seguinte, como colega de César. Chegou a fazer eleger um dos seus legados, Canínio Rebiló, para ocupar cargo de cônsul que tinha ficado vago no último dia do mandato por morte de Fábio Máximo, o que motivou a troça amargurada de Cícero (*Fam.* 7.30.1-2): «ninguém almoçara durante o consulado de Canínio; e ele próprio, de tão vigilante não pregara olho!»).

suprimir a formalidade da eleição. Os governadores de província para o ano seguinte foram indicados sem passar pela habitual tiragem à sorte. Era evidente que se tratava de um corte com as tradições republicanas, o que se tornava frustrante e humilhante para uma aristocracia habituada a dirigir o destino do Estado.

## 6. Os idos de março: causas e desenlace

César já não era um cidadão entre cidadãos. As fontes antigas salientam que lhe foram atribuídas honras excepcionais que podemos sintetizar do seguinte modo: em 46, foi nomeado ditador por um período de dez anos, contrariamente ao costume romano de nomear um ditador por um prazo limitado para resolver um problema concreto, e recebe a *praefectura morum* (prefeitura dos costumes) por três anos; torna-se o *princeps senatus* e senta-se numa cadeira curul entre os cônsules; preside a todos os jogos do circo; o senado decretou que o seu carro fosse colocado em frente da estátua de Júpiter no Capitólio e que a sua estátua de bronze devia aparecer sobre uma representação do mundo habitado, acompanhada de uma inscrição que o caracterizava como semideus – privilégios votados entre outros que ele declinou<sup>111</sup>. Em 45, foi apelidado de *Liberator* pela sua vitória; foi-lhe permitido usar permanentemente o título de *imperator*, transmissível à sua descendência, envergar trajes triunfais nos jogos e usar sempre a coroa de louros; foi-lhe concedido o consulado por dez anos, o comando sobre todos os soldados, o controlo das finanças. Foi-lhe votada uma estátua de marfim (e depois uma quadriga) entre as estátuas dos deuses na procissão dos jogos do circo. A bajulação do senado torna-se desmesurada. Era-lhe concedido ter a sua estátua no Capitólio, entre as dos reis, e outra no templo de Quirino<sup>112</sup>. Em 44, nomeiam-no ditador para toda a vida (*dictator perpetuus*). Conferem-lhe o direito de assistir aos jogos entre os tribunos; de apresentar os *spolia opima*

---

<sup>111</sup> Cf. D.C. 43.14.

<sup>112</sup> Com a inscrição *Invicto Deo* («Ao deus invicto»): Cf. Cic. *Att.* 13.28.3; D.C. 43.43-44.



(como se tivesse matado um inimigo com as próprias mãos) no templo de Júpiter Ferétrio; atribuem-lhe o título de Pai da Pátria, ostentado nas cunhagens; votam-lhe sacrifícios públicos pelo seu aniversário e uma estátua em todos os templos de Roma e duas nos *rostra*; atribuem-lhe o cargo de censor para toda a vida; o nome do mês *quintilis* (julho); garantem-lhe a sacrossantidade dos tribunos; a cadeira de ouro e o traje de rei; um corpo de guarda constituído por cavaleiros e senadores; um festival quadrienal como semideus; um colégio sacerdotal chamado juliano; um dia em sua honra nos jogos de gladiadores em Roma e em Itália; um templo a César e à sua clemência com um *flamen*, cargo atribuído a M. António. E votam que a sua cadeira de ouro e a coroa de pérolas devem ser transportadas para os teatros como as dos deuses<sup>113</sup>. Enfim, César recebeu honras exageradas, que, segundo Suetónio (*Jul.* 76.1), ultrapassavam os limites humanos e que, acompanhadas de abuso de poder patente em factos e em ditos, o tornavam merecedor da morte. O próprio César fica num dilema: embora recuse algumas honras, não as podia recusar todas, para não parecer que desprezava o senado<sup>114</sup>. Por outro lado, algumas honras seriam mesmo propostas pelos inimigos, para que ele caísse no ridículo ou se tornasse odioso<sup>115</sup>. Não podemos dizer com segurança se César apreciava ou não tal estatuto, mas é difícil acreditar que fosse tão ingénuo que se não apercebesse do perigo. Os símbolos e o culto divino são os de um monarca oriental, o que em Roma equivalia a tirania. A bem dizer, comportava-se como um meio tirano, uma vez que lhe faltava uma característica fundamental dos tiranos típicos – a crueldade. A *clementia* de César foi sempre notável.

A falta de César era em relação à *civilitas*, quando, diante do templo de *Venus Genetrix*, não se levantou para receber os senadores que o vinham cumular de honras, atitude que provocou também a ira do povo; ou quando, ofendido, exonerou do cargo uns tribunos por terem prendido um homem que coroara a sua estátua com uma faixa branca, símbolo

---

<sup>113</sup> D.C. 44.4-6; App. *BC* 2.106; Liv. *Per.* 116; Flor. *Epit.* 2.13.91.

<sup>114</sup> D.C. 44.3.3.

<sup>115</sup> Plu. *Caes.* 57.1; D.C. 44.7.2. Vide Butler & Cary 1927 136-138.

da realeza. A justificação de César foi que lhe arrebataram o mérito de recusar (*gloria recusandi*), mas não se livrou da fama da aspiração ao reino. Quando o povo o aclama como rei, responde que é César, não um rei; e, pelas Lupercais<sup>116</sup>, rejeita repetidamente a coroa que António faz menção de lhe colocar na cabeça e consagra-a a Júpiter Ótimo Máximo, mas tal recusa soa a um golpe de teatro para testar a assistência<sup>117</sup>, uma vez que ele não recusara a ditadura perpétua.

Na prática era já um monarca: as prerrogativas dos tribunos, a censura, o comando supremo dos exércitos, a possibilidade de recomendar magistrados, a primazia no senado serão poderes detidos pelos futuros imperadores. Passada a guerra civil, o estado de exceção prometia eternizar-se, e César teria intenções dinásticas<sup>118</sup>. Levantaram-se boatos de que pensava mudar a capital do Império para Alexandria ou para Troia, com as riquezas, e de que lhe iria ser proposto no senado o título de *rex*, com base numa suposta profecia de que só um rei poderia vencer os Partos<sup>119</sup>. Formou-se então uma conjura em que participaram, além dos pompeianos indultados Marco Bruto e Cássio, vários antigos apoiantes do próprio César, como Trebónio, Décimo Júnio Bruto Albino, Casca, Sérvio Sulpício Galba.

A guerra contra a Pártia estava em preparação, e César recebeu por decreto popular o comando e a autoridade para indicar legados por três anos. Tal operação afastaria César de Roma e, se bem-sucedida, aumentaria o seu já imenso poder. Além disso, outros projetos grandiosos se avizinhavam como abertura do canal de Corinto. A iminente partida de César para o Oriente impelia os conjurados para a ação, pelo que marcaram o atentado para a reunião do senado nos idos (15) de março, na cúria anexa ao teatro de Pompeio. Nesse dia, enquanto Trebónio distraía António, os outros conspiradores apunhalaram César até à morte<sup>120</sup>. Os autores antigos

---

<sup>116</sup> A 15 de fevereiro de 44 a.C.

<sup>117</sup> Plu. *Caes.* 60; Suet. *Jul.* 78-79; D.C. 44.9-11.

<sup>118</sup> Falava-se de uma lei a propor na sua ausência que lhe permitiria tomar as mulheres que quisesse para assegurar descendência. Cf. Suet. *Jul.* 52.3; D.C. 44.7.3.

<sup>119</sup> Suet. *Jul.* 79.3.

<sup>120</sup> Suet. *Jul.* 81-82; Plu. *Caes.* 66; *Brut.* 16-17.

deixam a ideia de que ele opta por não tentar evitar a morte, ou por se sentir doente e próximo do fim, ou por confiar demasiado no juramento que o senado fizera de defender a sua vida, pelo que desmobiliza até a guarda hispânica<sup>121</sup>.

Como os cesaricidas não tinham um plano e, receosos, se refugiaram no Capitólio, o poder ficou nas mãos do cônsul António e de Lépido, mestre de cavalaria. Surpreende a atitude ambígua de António que, tendo sabido da conjura, não participa, mas também não a denuncia<sup>122</sup>. Torna-se então senhor da situação e começa por seguir uma política conciliadora: na reunião do senado de 17 de março, chega com aquele órgão a uma solução de compromisso que incluía uma amnistia para os conjurados e a aprovação dos *acta Caesaris*, pelo que não se declarava César um tirano. Obtém o acordo dos conjurados para a realização das exéquias e para a leitura do testamento do ditador<sup>123</sup>, mas a sua atuação visa torná-los impopulares, com consequências que nem ele terá previsto: a leitura do testamento (que favorecia mesmo alguns dos assassinos e o povo), a exploração do efeito visual do corpo e das roupas do defunto nas exéquias públicas (a 20 de março), acompanhada da leitura do senatoconsulto em que os senadores juravam proteger a vida de César, desencadearam a comoção generalizada e uma histeria popular que levou à queima imediata da pira no foro e a uma arruaça em direção às moradias dos conjurados, que, por sua vez, se viram obrigados a fugir de Roma<sup>124</sup>. Os excessos posteriores foram duramente reprimidos, o que provocou o ódio popular também contra o cônsul António<sup>125</sup>.

---

<sup>121</sup> Teria dito mesmo que a sua salvaguarda era mais do interesse do Estado do que dele, pois, se algo lhe acontecesse, as guerras civis voltariam (Suet. *Jul.* 86). E, interrogado sobre o género de morte que preferia, terá dito que preferia um fim rápido e inesperado (Suet. *Jul.*87; Plu. *Caes.* 63.7).

<sup>122</sup> Cic. *Phil.* 2.34.

<sup>123</sup> Um erro fatal de Bruto, segundo Plutarco (*Brut.* 20.1-2), a somar à falha de terem deixado escapar António com vida.

<sup>124</sup> Suet. *Jul.*84-85; Plu. *Caes.* 67-68; *Brut.* 20.4-7; App. *BC* 2.124-148.

<sup>125</sup> Sobretudo depois da execução de um falso neto de Mário e seus sequazes, que começaram a promover um culto a César e a ameaçar os conjurados. App. *BC.* 3.2-4. Vide Canfora 2000 368-385.

É neste contexto que regressa a Roma o jovem Otávio a reclamar a sua herança e o nome de César enquanto filho adotivo do ditador. O cesaricídio sem programa político não evitava o agonizar da República. O herdeiro de César irá mais tarde continuar o seu programa, evitando contudo os erros que feriam abertamente a constituição republicana. Mas a progressão não é linear: como Marco António se mostra um oponente às suas ambições, Otávio transfere-se para o partido dos *optimates*; vai em auxílio de Décimo Bruto, um dos assassinos de César, cercado em Mútna. Depois, com o pretexto de que os senadores o caluniavam e ameaçavam com um jogo de palavras, abandona estrategicamente a causa dos *optimates*. A constituição do segundo triunvirato com António tem como um dos objetivos a vingança de César, que se completa depois da batalha de Filipos em outubro de 42 a.C..

Não é muito consensual a data para o fim da República romana. Mommsen considerava que ela terminara com a morte de Catão. A maioria considera que ela acabou mais tarde depois da morte de António, quando Otávio se torna governante único, ou em 27 quando ele entrega os seus poderes ao senado e este lhe confia a tutela do Estado. Será matéria para o próximo volume, que versará sobre o novo regime saído da crise da República: o sistema político a que chamamos Império.

## 7. Breve panorama literário e cultural na época de César

Se do século anterior pouco mais sobreviveu que algumas comédias de Plauto e Terêncio<sup>126</sup>, o *De agri cultura* de Catão o Censor, fragmentos das sátiras de Lucílio, fragmentos de Énio, do século em que pontificam Pompeio e César, restam-nos muitas mais obras. Entramos na primeira fase do período amiúde simplisticamente designado por época áurea da literatura latina, que se estende até ao final do principado de Augusto.

O período de vida de César (100-44 a.C.) corresponde ao de Cícero (106-43), e as histórias da literatura denominam frequentemente esta fase (particularmente 81-43) como época de Cícero. Da vasta obra do arpina-

---

<sup>126</sup> Além de fragmentos das tragédias de Pacúvio.

te, os discursos e as cartas são fontes importantes para a reconstrução da história romana do século I, como vimos neste capítulo. Além disso, Cícero teorizou sobre a necessidade de escrever uma história de Roma diferente da tradição dos anais, sobre o conteúdo, o estilo e sobre a formação do historiador<sup>127</sup>. Como composições propriamente historiográficas, além das obras perdidas de escritores de *Annales* do tempo de Sula<sup>128</sup>, temos as memórias (*commentarii*)<sup>129</sup> de César sobre a *Guerra da Gália* e a *Guerra Civil*, trabalho continuado pelos colaboradores de César (sobretudo Hircio), que, sob o nome do chefe, relatam as guerras de Alexandria, de África e da Hispânia – obras que, no conjunto, cobrem a atividade militar de César desde 58 a 45. Na mesma altura, escreveu Salústio, um seguidor de César, que, cedendo embora às suas ligações políticas, apresentou uma monografia sobre um episódio da época, a conjura de Catilina, ocorrida em 63, e outra sobre a guerra de Jugurta, concluída por Mário no final século anterior. Salústio escreveu ainda *Historiae* em cinco volumes sobre o período de 79 a 66. Tanto Salústio como César sofreram influência de Posidônio que, escrevendo em grego, como Políbio, tinha continuado o trabalho deste até à ditadura de Sula. No que toca à biografia (género distinto da historiografia pela tónica colocada mais sobre o carácter, em detrimento dos feitos político-militares), destaca-se Cornélio Nepos, que escreveu *Vidas* tanto de romanos como de estrangeiros ilustres, além de vários livros de história propriamente dita.

Apesar das resistências iniciais, a Retórica desenvolveu-se muito em Roma no final da República, e era comum os jovens aristocratas deslocarem-se a grandes centros de cultura da zona de influência helénica para receberem lições de mestres famosos, como fizeram César e Cícero: ambos procuraram as lições de Apolónio Mólón em Rodes. Na senda de alguns oradores famosos, como Gaio Graco, António (avô do triúnviro),

---

<sup>127</sup> Para um mais abrangente estudo sobre Cícero recomendamos vivamente a leitura do capítulo sobre o arpinate em Rocha Pereira 2009 125-180. Vide também Citroni 2006 263-331 (para Cícero) e 333-345 (para César).

<sup>128</sup> De Valério Ântias, Cláudio Quadrigário, Licínio Macro

<sup>129</sup> Género já antes cultivado por políticos como M. Emílio Escauro, P. Rútilio Rufo, Sula, Q. Cátulo.

Licínio Crasso e Hortênsio, Cícero notabilizou-se ao máximo na oratória e, além dos discursos forenses e políticos, deixou-nos tratados de retórica (*De inventione, De Oratore, Orator, Brutus*).

Ofereceu, além disso, aos contemporâneos sínteses de filosofia grega (*Tusculanae disputationes, Academica, De amicitia, De senectute, De finibus, De natura deorum, De Officiis*), mostrando mais ecletismo que originalidade, mas com o mérito de amoldar conceitos ao latim. Entre estas se encontram obras de filosofia política (*De Republica, De legibus*). É para nós importante fonte enquanto teorizador da constituição romana, que ele elogia como a melhor, por ser mista dos três regimes primordiais (*Rep.* 1.45; 1.69; 2.41; 2.65), e que caracteriza como obra pensada por muitos homens, ao longo de muitos séculos, em vez de ser produto de um só legislador num dado momento (*Rep.* 2.1.2).

Também Lucrécio divulgou a filosofia epicurista através do seu poema *Sobre a natureza (De rerum natura)*. Das correntes em voga, foram os epicuristas e estoicos que mais influíram sobre políticos e escritores. Enquanto os cultores do epicurismo tendem a afastar-se da vida política e aceitam a ideia de um monarca, os estoicos seguem uma moral política que identifica *libertas* com República e que procuram defender com a vida. A oposição estoica forma uma resistência à ditadura de César (sobretudo em *Catão e Bruto*)<sup>130</sup>.

Na poesia, notabilizaram-se também os denominados “poetas novos”, que seguiam a linha da erudição alexandrina, entre os quais se destacaram Calvo, Cina e, sobretudo, Catulo, do qual sobrevivem 116 carmes, muitos dos quais dedicados a uma Lésbia, nome fictício talvez de Clódia, irmã do tribuno Clódio. Tanto Catulo como Licínio Calvo escreveram epigramas injuriosos contra César, que lhes perdoou mais tarde (*Suet. Jul.* 49; 73).

É desta época que nos chegam notícias sobre as primeiras coleções de livros e da intenção de abrir uma primeira biblioteca pública, incumbência que César terá passado a Varrão, o famoso erudito romano. O propósito só será levado a cabo mais tarde por Asínio Polião. É, como se disse, uma

---

<sup>130</sup> E, depois durante o Império, são vários os senadores que são condenados pela sua oposição, como Cecina Peto, Trásea Peto, Séneca, Helvídio Prisco e o filho homónimo deste.

época em que se estabelecem já modelos de rigor linguístico e literário para toda a romanidade, em que Cícero e César aparecem como os maiores expoentes. Apesar de militarem em campos ideologicamente opostos não escondiam a admiração que tinham um pelo outro: os méritos oratórios e literários de César eram elogiados por Cícero<sup>131</sup>.

Em conclusão, César tornou-se uma figura incontornável da história política e literária latinas. A sua personalidade e o seu carisma deram-lhe o poder supremo. A clemência para com os derrotados valeu-lhe o apreço dos moderados, mas não abafou por muito tempo as ambições dos aristocratas. Logrou mesmo trazer por breve período a paz civil, mas, como ele terá intuído, a sua morte trouxe de novo a guerra ao Estado. Foi, no entanto, ele que preparou o caminho para que o principado de Augusto pudesse surgir. A sua tentativa de consagrar um novo regime, através do uso da magistratura de ditador, fracassou, mas em muitos aspectos ele detinha já muitas das prerrogativas dos futuros imperadores, entre as quais a de juntar este título ao seu nome — tal como ele próprio deu o seu nome aos imperadores, os romanos e não só. Muitos o consideram já o primeiro da série. E o biógrafo Suetónio coloca-o à cabeça dos seus *Doze Césares*.

## **Tábua cronológica**

100 a.C. – Nascimento de César.

62 a.C.– Pretura de César. Escândalo de Clódio na Festa da *Bona Dea*.

60-59 a.C.– Aliança com Pompeio e Crasso.

59 a.C.– Primeiro consulado de César.

58 a.C.– Proconsulado das Gálias.

56 a.C.– Encontro de Luca.

55 a.C.– Segundo consulado de Pompeio e Crasso. Prorrogação do proconsulado de César na Gália.

55 a.C.– (Na segunda metade do ano). Primeira expedição à Britânia.

54 a.C.– Segunda expedição à Britânia. Morte de Júlia.

---

<sup>131</sup> Cic. *Brut.* 261-262. Cf. Suet. *Jul.* 55-56. Estes temas serão retomados e desenvolvidos por F. Oliveira no volume II.

- 53 a.C.– Morte de Crasso em Carras.
- 52 a.C.– Revolta liderada por Vercingétorix. Assassínio de Clódio e nomeação de Pompeio como cônsul *sine collega*.
- 49 a.C.– Passagem do Rubicão. Guerra civil.
- 48 a.C.– Batalha de Farsalo. Assassínio de Pompeio. Guerra de Alexandria.
- 47 a.C.– Batalha de Zela. Retorno a Roma.
- 46 a.C.– Batalha de Tapso.
- 45 a.C.– Batalha de Munda. Retorno a Roma.
- 44 a.C.– Concessão da ditadura perpétua. Morte de César (15 de março).

## Bibliografia

- Agazzi, R. (2006), *Giulio Cesare stratega in Gallia*. Pavia, Gianni Iuculano.
- Brunt, P. A. (1988), *The fall of the Roman Republic and related essays*. Oxford, Clarendon.
- Butler, H. E. & Cary, M. (1927), *Suetonius Diius Iulius*, edited with comm. New-York, Oxford University Press. (with new intr., bibliography and additional notes by TOWNEND, G. B., 1982, 1993).
- Canfora, L. (2000), *Giulio Cesare. Il dittatore democratico*. Bari, Laterza.
- Carcopino, J. (1950), *Histoire Romaine*. Tome II. *La République Romaine de 133 a 44 avant J.-C.* Paris, Presses Universitaires de France.
- Carcopino, J. (1968), *Jules César*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Citroni, M. et. Al. (1997), *Letteratura di Roma antica*. Bari, Laterza. Trad. portuguesa de Miranda, M. & Hipólito, I. (Lisboa, FCG, 2006).
- Balsdon, J. P. V. D. (1971), *Julius Caesar and Rome*. Aylesbury.
- Fuller, J. F. C. (1965), *Julius Caesar. Man, soldier, and tyrant*. London, Eyre & Spottiswoode.
- Goldsworthy, A. (2006), *Caesar. The life of a colossus*. London, Weidenfeld & Nicolson.
- Gelzer, M. (1968), *Caesar. Politician and Statesman*, Oxford, Blackwell.
- Gruen, E. S. (2009), “Caesar as a politician”, in Griffin, M. (ed.), *A companion to Julius Caesar*. Chichester, Wiley-Blackwell, 23-36.
- Holland, T. (2003), *Rubicon. The last years of the Roman republic*. New York, Doubleday.
- Jabouille, V. (1996), *Júlio César*. Lisboa, Inquérito.
- Kovaliov, S. I. (2007), *Historia de Roma*. Edición revisada y ampliada por Domingo Plácido. Traducción de Marcelo Ravoni. Madrid, Akal.
- Mackay, Ch. (2009), *The breakdown of the Roman Republic*. Cambridge, University Press.
- Meier, Ch. (1982), *Caesar*. Translated by the Germany by David McLintock (1996). London, Fontana.
- Montenegro Duque, A. et alii (1986), *Manual de Historia Universal. Vol. IV. Roma*. Madrid, Najera.
- Oliveira, F. (1997), “O tratado *Da República* de Cícero”, in Torrão, J. (ed.), *Actas do II Colóquio Clássico*, Aveiro, 79-100.



- Oliveira, F. (2004), "As formas de constituição em Cícero", *Mathésis* 13 105-123.
- Pelling, Ch. (2011), *Plutarch Caesar. Translated with an introduction and commentary*. Oxford, University Press.
- Rocha Pereira, M. H. (2009) *Estudos de história da cultura clássica. Vol. II. Cultura Romana*. Lisboa, FCG.
- Roldán Hervás, J. M. (1995), *Historia de Roma*. Salamanca, Ed. Universidad.
- Scullard, H. H. (1982), *From the Gracchi to Nero*. London, Routledge.
- Shorter, D. (2005), *The fall of the Roman Republic*. London-New York, Routledge (2nd ed.).
- Ungern-Sternberg, J. (2004), "The crisis of the Republic", in Flower, H. (ed.), *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge, University Press, 89-109.
- Van der Blom, H. (2010), *Cicero's Role Models. The Political Strategy of a Newcomer. Oxford Classic Monographs*. Oxford/New York: Oxford University Press.